

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Conta de luz terá sobretaxa no nível máximo em setembro	2
Título: Não foi por falta de dinheiro	3
Título: Novo governo terá menor margem de gastos desde 2009	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Mudança de regras eleva preço de energia para novos projetos eólicos	5
Título: Motoristas querem discutir aumento do diesel com governo	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Com diesel mais caro, tabela de frete pode ser modificada	8
Título: ‘Não ter variação negativa é uma vitória’, diz Marun	10

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/09/2018****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca****Título: Conta de luz terá sobretaxa no nível máximo em setembro**

Pelo quarto mês seguido, será aplicada a bandeira vermelha de patamar 2

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que as contas de luz do país continuarão a pagar, em setembro, a sobretaxa da bandeira tarifária no nível mais elevado —vermelha, patamar 2. É o quarto mês consecutivo e significa que, a cada 100 quilowatts-hora (kWh), o consumidor vai pagar R\$ 5 a mais pelo serviço.

Ou seja, se o consumo for de 200 kWh, haverá um gasto extra de R\$ 10. A agência alegou que a bandeira continuará nesse patamar em razão da situação dos principais reservatórios do país, que continuam em níveis baixos.

NO ANO, ALTA DE 13,78%

Em nota, a Aneel informou que não vê melhoria no chamado risco hidrológico no curto prazo, que resulta na contratação de energia de usinas térmicas por parte das concessionárias em função da falta de chuvas, o que acaba encarecendo a conta de luz para os consumidores. No dia 28 de setembro, o órgão vai anunciar a bandeira tarifária que valerá no mês de outubro. A conta de luz é uma das principais pressões na inflação dos últimos meses.

Este ano, enquanto o IPCA, índice de inflação usado nas metas do governo, subiu só 2,94% até julho, a tarifa de energia elétrica residencial teve alta de 13,78%. Além da bandeira, os reajustes praticados pelas distribuidoras têm pressionado o custo da tarifa de luz.

O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar aos consumidores os custos da geração de energia elétrica. Elas se dividem nas cores verde, amarela ou vermelha — o que indica se a energia custa mais ou menos por causa das condições de sua geração, como o nível de reservatórios, por exemplo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Não foi por falta de dinheiro**

Amanhã, a extração do primeiro óleo do pré-sal completa dez anos. Isso gerou, para municípios, estados e União, R\$ 40 bilhões a título de participações especiais e royalties. E mais: a perspectiva para o período entre 2018 e 2022 é de, acredite, R\$ 130 bilhões. Se essa dinheirama foi e será bem aplicada, são outros 500.

O sol de Iguaba

A gigante estatal italiana Enel, que acaba de comprar o controle da Eletropaulo, tem um projeto de geração de energia solar e eólica em Iguaba Grande. Ela fechou uma parceria com a UFF para estudar essas possibilidades.

VEÍCULO: O Globo**Data: 01/09/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura e Gabriela Valente****Título: Novo governo terá menor margem de gastos desde 2009**

Serão R\$ 102,5 bi, apenas 7% do total previsto. Metade dos gastos com Bolsa Família dependerá de aprovação do Congresso

O próximo presidente terá nas mãos um Orçamento com a menor margem para gastos em uma década. Em 2019, ele só terá controle sobre R\$ 102,5 bilhões do R\$ 1,438 trilhão em despesas federais— ou seja, 7,1% do total. O restante será tomado por desembolsos obrigatórios. De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2019, encaminhado ontem ao Congresso, os investimentos serão de apenas R\$ 27,4 bilhões, enquanto o custeio será de R\$ 75,1 bilhões.

Esses são os menores valores observados desde 2009 e deixam o governo próximo do patamar de risco de um shutdown (paralisação da máquina pública). Os técnicos estimam que este fique em torno de R\$ 80 bilhões. Além disso, o novo chefe do Executivo terá de pedir ao Congresso dinheiro extra para pagar

benefícios de prestação continuada (BPC), Bolsa Família e aposentadorias. Há somente a previsão para pagar parte dessas despesas sociais.

Para quitar tudo o que está programado para 2019, o novo governo precisará de uma autorização do Legislativo para aumentar a dívida pública. Sem isso, o presidente que for eleito descumprirá um dos pilares do equilíbrio das contas públicas: a chamada regra de ouro.

‘GESTOR DE PREVIDÊNCIA’

A norma diz que o governo não pode se endividar para pagar as contas do dia a dia. Isso só pode acontecer para fazer investimentos. No entanto, o Brasil não tem mais recursos suficientes para arcar com despesas correntes sem fazer novas dívidas. Assim, o presidente terá de pedir uma autorização para emitir dívidas de R\$ 258,2 bilhões. A maior parte será usada para bancar os benefícios previdenciários: R\$ 201,7 bilhões.

O gasto total no ano com as aposentadorias está previsto em R\$ 637,9 bilhões. No caso do Bolsa Família, será preciso aval para obter R\$ 15 bilhões, de um total de R\$30 bilhões de gastos com o programa. E para o BPC serão necessários R\$ 30 bilhões de um montante global de R\$ 60,2 bilhões. O ministro do Planejamento, Esteves Colnago, disse que a equipe econômica escolheu despesas importantes para condicioná-las ao novo crédito: —O próximo governo tem até junho para aprovar (um projeto de lei autorizando a emissão de dívida), e não há dificuldade de ser aprovado.

São despesas meritórias que têm de ser feitas. Embora projete uma despesa de R\$ 1,438 trilhão, boa parte tomada por Previdência e pessoal, a proposta orçamentária estima uma receita líquida de R\$ 1,299 trilhão. Isso significa que as contas públicas terão um rombo de R\$ 139 bilhões. Pelos cálculos do governo, o Brasil só voltará ao azul após 2022. —O governo caminha para ser um gestor de Previdência e folha de pagamento. Isso é muito pouco para um governo que precisa propor suas políticas e está ficando cada vez mais engessado —disse Colnago.

EXPANSÃO PREVISTA DE 2,5%

Para fazer as contas de 2019, o governo levou em consideração uma previsão de crescimento de 2,5% para a economia no ano que vem. Já a projeção para a inflação ficou em 4,25%. As despesas que estão sujeitas ao teto de gastos públicos foram estimadas em R\$ 1,407 trilhão —o que ainda deve ser reduzido,

porque o Executivo vai compensar R\$ 3,3 bilhões em despesas a mais que serão feitas por Legislativo e Judiciário. Assim, o teto final será de R\$ 1,343 trilhão.

Segundo o governo, isso não deixou espaço para prever, por exemplo, a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) no ano que vem. O governo informou que uma das premissas para fazer o Orçamento de 2019 foi a preservação dos gastos sociais e investimentos em infraestrutura. Segundo a proposta encaminhada ao Congresso, a verba para a Educação aumentou em relação ao montante previsto para este ano.

A alta superou o mínimo constitucional previsto para a área. De acordo com a Constituição, a União teria de gastar, pelo menos, R\$ 70,4 bilhões. A equipe econômica deixou claro que colocou R\$ 51,6 bilhões a mais que o mínimo constitucional. Com isso, a pasta da Educação terá R\$ 122 bilhões. O mesmo ocorreu com os recursos para a Saúde. O mínimo para o ano que vem teria de ser de R\$ 117,5 bilhões. O Orçamento, porém, será de R\$ 129,8 bilhões.

MINAS E ENERGIA PERDE R\$8 BI

Com relação ao Orçamento de 2018, o maior aumento foi para o Ministério do Desenvolvimento Social: R\$ 50,4 bilhões. Isso se deveu ao fato de ele comportar despesas com benefícios previdenciários. Educação ganhou mais R\$ 11 bilhões; Defesa, R\$ 6,7 bilhões; Trabalho, R\$ 2,4 bilhões; Ciência, R\$ 1,2 bilhão. Saúde, Segurança, Itamaraty, Indústria, Meio Ambiente também terão mais dinheiro para gastar. Para aumentar essas despesas, houve reduções em outras áreas. **O Ministério de Minas e Energia** foi o órgão que mais perdeu. Serão R\$ 8,2 bilhões a menos em relação ao Orçamento de 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Tais Hirata

Título: Mudança de regras eleva preço de energia para novos projetos eólicos

O leilão de energia realizado nesta sexta-feira (31) contratou 2,1 GW (gigawatts) de potência em novas usinas geradoras, que deverão ser entregues em um prazo de até seis anos.

Serão investidos R\$ 7,684 bilhões para construir os projetos, com contratos que somam R\$ 23,67 bilhões, com prazos de 20 a 30 anos.

O destaque da concorrência foi a fonte eólica, que contratou 53% da garantia física total e obteve um desconto no preço inicial de 60,15%, a um preço de R\$ 90,45 por megawatt-hora.

No último leilão, realizado em abril, as usinas eólicas haviam chegado a um recorde R\$ 67,60. O aumento de preço já era esperado, devido a mudanças na forma de contratação dos projetos, que passaram a ter um risco maior para os empreendedores.

Também foram contratados projetos de usinas hidrelétricas, que tiveram um deságio de 37,4%, e termelétricas, com desconto de 41,6%.

O volume de contratação é definida pelas distribuidoras, que traçam projeções do quanto o consumo vai subir nos próximos anos. A demanda ficou dentro do esperado pelo mercado, que projetava uma alta em relação ao último leilão, porém modesta, devido à retomada lenta da economia.

O certame sofreu um atraso de seis horas, após uma decisão liminar da Justiça do Rio de Janeiro paralisar a concorrência — para a qual se inscreveram 1.090 projetos, com 59 GW de potência instalada, em 21 estados.

A liminar foi resultado de uma disputa entre uma das concorrentes, a Evolution Power Partners, e a estatal EPE (Empresa de Pesquisa Energética) sobre habilitação de uma usina térmica para disputar o leilão.

A decisão foi derrubada pela AGU (Advocacia-Geral da União) no STJ (Superior Tribunal de Justiça) à tarde.

O leilão traz novidades na contratação das usinas de energia eólica e das térmicas.

No caso da energia eólica, a mudança é na forma de contratação, que passará a trazer mais risco aos investidores, o que deverá resultar em um preço mais alto — após a fonte bater recordes de barateamento, no último leilão.

Até agora, os projetos eram contratados por disponibilidade, ou seja, as usinas se comprometiam a gerar uma quantidade de energia por ano e não precisavam arcar com o risco de a geração ficar abaixo do esperado em determinado mês.

Com o novo contrato, haverá mais risco: se em um determinado mês os ventos forem mais fracos que o projetado, o empreendedor terá que compensar a diferença, comprando energia no mercado de curto prazo, a preços mais altos.

“Em tese, vai subir o preço, mas talvez ele não seja tão afetado neste leilão porque a competição ainda é acirrada”, afirmou Elbia Gannoum, presidente da Abeeolica (associação da indústria eólica).

Foram inscritos no certame o equivalente a 27 GW de potência, mas a expectativa do setor é que a demanda pela fonte seja de 1 GW.

No leilão de abril, os projetos eólicos tiveram desconto no preço inicial de mais de 70%, com preço recorde de R\$ 67,60.

Para Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, os preços serão maiores que no último leilão e acompanham um movimento do governo de retirar subsídios do setor elétrico.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/09/2018

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Motoristas querem discutir aumento do diesel com governo

A Abcam, entidade que reúne os motoristas autônomos, disse nesta sexta (31) que pretende se reunir com o governo para discutir o aumento do preço do diesel e que “fará o possível para evitar nova paralisação” da categoria.

O reajuste foi anunciado na quinta-feira (30), pouco mais de três meses após acordo que garantiu subsídio e corte de impostos sobre o combustível com o objetivo de pôr fim à greve de duas semanas que parou o país.

A Abcam diz ter detectado focos de mobilização por aplicativos de trocas de mensagem, mas afirma ainda não ver adesão suficiente para nova paralisação.

“A associação, que sempre acreditou no diálogo, fará o possível para evitar uma nova paralisação”, disse a entidade, em nota, na qual cobra o cumprimento do acordo de maio e quer uma reunião com a Casa Civil para discutir o tema.

Segundo a Petrobras, o aumento médio no país será de 13%. Considerando que o combustível representa 55% do preço final, o repasse às bombas deve girar em torno de 7%, caso não haja aumento de impostos e margens.

Será a primeira alta expressiva no preço final desde o início do programa de subvenção, devido à alta e das cotações internacionais.

O aumento desta sexta ocorre sem que o preço de bomba tenha caído os R\$ 0,46 por litro prometidos pelo governo — R\$ 0,30 de subsídio mais R\$ 0,16 de cortes de impostos.

Entre a primeira semana de greve, em maio, e a semana passada, a queda foi de R\$ 0,41 por litro, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, negou, porém, possibilidade de aumento do subsídio para cobrir os efeitos da alta do dólar. “Não há espaço no orçamento da União para colocar mais do que os R\$ 9,5 bilhões que foram colocados no programa de subvenção”, disse em entrevista após leilão de contratos de petróleo do pré-sal nesta sexta.

Pelos próximos 30 dias, o preço médio do diesel vendido pela Petrobras passa a ser de R\$ 2,2964 por litro, apenas R\$ 0,0752 abaixo do recorde atingido no dia 23 de maio, no início dos protestos dos caminhoneiros. O reajuste no preço de venda nas refinarias será maior na região Centro-Oeste (14,4%) e menor no Sudeste (10,5%).

Além do repasse da alta do dólar, o novo valor considera ressarcimento às empresas pelo período em que o desconto não foi suficiente para cobrir a diferença entre o preço tabelado pelo governo e as cotações internacionais.

Desde o dia 23, o desconto de R\$ 0,30 vinha sendo insuficiente -na quinta-feira, a diferença superou R\$ 0,50 por litro. Nesta sexta, com a adoção dos novos preços, volta a R\$ 0,30 por litro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Com diesel mais caro, tabela de frete pode ser modificada

Lei permite que ANTT edite novo tabelamento quando o combustível sobe mais de 10%; agência analisa mudança

O aumento de 13% no preço do diesel nas refinarias, anunciado ontem, e seu reflexo nas bombas trouxeram um novo ingrediente à já complicada disputa em torno dos preços mínimos do frete rodoviário. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) analisa se precisará ou não reajustar a tabela que já está em vigor. A Lei 13.703, sancionada no último dia 8 de agosto, diz que uma nova tabela de preços deve ser publicada toda vez que o diesel variar mais

do que 10%. O tabelamento do frete rodoviário foi um dos pedidos dos caminhoneiros atendidos pelo governo Michel Temer para por fim à paralisação da categoria.

O setor produtivo calcula que a política do preço mínimo elevou em 12% o custo de transporte na indústria e em 119% o transporte da soja do Mato Grosso para o porto de Santos (SP). “A ANTT deve publicar nova tabela considerando esse aumento”, disse o presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac) de Ijuí (RS), Carlos Alberto Litti Dahmer. Ele explicou que basta a ANTT pegar os novos preços do diesel publicados pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) e corrigir a tabela.

“Estamos de olho no aumento do combustível”, disse o autônomo Wallace Landim, o “Chorão”, num vídeo distribuído a suas bases. Ele acrescentou que está “tranquilo” porque a lei tem um “gatilho” pelo qual, em caso de aumento acima de 10%, a tabela é reajustada. Essa mesma lei, porém, tem outras previsões que tornam a questão mais complicada do que parece.

“A ANTT não pode revisar um ponto específico sem revisar o resto”, disse o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar. Ele diz, por exemplo, que ela fala em reajustes semestrais e fixa datas para que isso ocorra: 20 de janeiro e 20 de julho. A lei ainda determina que a elaboração da tabela seja feita com participação social. Se for feita uma revisão pontual de valores, isso terá sido descumprido.

No acordo que encerrou a paralisação dos caminhoneiros, no final de maio, foi editada uma Medida Provisória (MP), a 832, que estabelecia uma política de preços para o frete. Essa MP mandava a ANTT publicar uma resolução com a tabela no prazo de cinco dias. Assim foi feito. A MP 832 tramitou pelo Congresso e foi convertida na Lei 13.703. A lei manda a ANTT elaborar uma tabela de preços de frete rodoviário num processo com participação social. A agência iniciou esse trabalho e já consultou os interessados. Mas ainda não concluiu a nova tabela.

Esse processo ainda levará 90 dias. O reajuste do diesel embaralhou esse quadro. O acordo que encerrou a paralisação também criou uma política para o diesel. Pelo acordo, o litro ficaria com preço estável até o final de julho. Foi dado um desconto de R\$ 0,46 por litro. Agora, o preço passa a mudar mensalmente, mas o desconto será preservado até dezembro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/09/2018****Seção: Economia****Autor: Tânia Monteiro e Mariana Haubert****Título: 'Não ter variação negativa é uma vitória', diz Marun**

O crescimento de 0,2% do PIB no segundo trimestre, apesar de recebido com frieza no mercado, foi classificado como uma vitória pelo ministro da Secretaria de Governo da Presidência, Carlos Marun. “Em um momento em que não conseguimos aprovar a Reforma da Previdência, em que (o ex-presidente) Lula e (o deputado Jair) Bolsonaro lideram as pesquisas (de intenção de voto para a Presidência da República) e com uma greve de caminhoneiros pelo meio, penso que não termos uma variação negativa do PIB é uma vitória”, disse ao Broadcast Político.

De acordo com assessores do Palácio do Planalto, o presidente Michel Temer já aguardava o resultado. **O Ministro De Minas e Energia, Moreira Franco**, reiterou que os números decorrem das consequências da greve dos caminhoneiros, mas ressaltou que a economia “mostrou-se capaz de absorver o tranco”. “Veja os dados do mês”, disse.

Analistas do mercado apontam que a paralisação dos caminhoneiros, no fim de maio, que durou 11 dias, foi um dos fatores determinantes para o tímido resultado da economia no segundo trimestre, ainda que, para uma parcela dos especialistas, a avaliação seja de que outros fatores já indicavam um resfriamento do ritmo de expansão.

MME / ASCOM .